



DISCURSO DIRECTO



PAULO LILIAIA Pres. da Associação Portuguesa de Genéricos (Apogen) **sobre as novas participações dos remédios**

“Trocar de marca para não ter que pagar”

● SÓNIA TRIGUEIRÃO

Correio da Manhã – Como comenta o novo regime de participações dos medicamentos?

Paulo Lilaia – A Apogen considera que o Decreto-Lei é demasiado penalizador para a indústria de medicamentos genéricos, porque não só reduz em quase 4% as margens de comercialização, como induz ainda a uma política de preço muito agressiva, que terá profundas implicações no investimento e no emprego criados por esta indústria e para os utentes, embora venham a beneficiar de medicamentos mais baratos. Não é isso que colocamos em causa.

– Qual a melhor solução?

– É opinião da Apogen que seria mais justo e benéfico para o Estado e Cidadãos que se tivesse realizado uma redução de 3% no preço de todos os medicamentos (não-genéricos e genéricos), o que garantiria uma poupança superior a cem milhões de euros por ano e permitiria uma maior estabilidade. Com a revisão trimestral dos preços de referência e com a



questão da participação reduzida aos cinco medicamentos mais baratos, a instabilidade do mercado vai ser certa.

– Para os cidadãos, no que é que essa instabilidade se traduz?

– Num dia, o medicamento de uma determinada marca que está habituado a tomar é participado e, três meses depois, pode deixar de ser. Tanto podem existir mais medicamentos participados, como menos.

– Os pensionistas já estão a ser surpreendidos com os preços.

– Os utentes podem ter de trocar a marca do remédio de três em três meses só para não pagar. E a maioria dos idosos, que toma seis e sete comprimidos por dia, guia-se pelas caixas ou pelas cores para seguir os tratamentos (**Mais informação página 31**). ■